



ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A COMPANHIA

A Araraquara é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	45,19
Tensão em kV:	440/500
Subestações próprias/acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.216 publicada em 4 de julho de 2023, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2023/2024, com acréscimo na RAP de R\$ 4.507.993 (quatro milhões quinhentos e sete mil novecentos e noventa e três reais), vide nota explicativa 1.2.

3.2) Desempenho econômico-financeiro: Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2023 e 2022 são:

	2023	2022
• Liquidez geral	10,50	10,63
• Liquidez corrente	5,93	6,29
• Relação patrimônio líquido/ativo	90,48%	90,59%
• Relação passivo não circulante/ativo	6,92%	7,01%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	8,50%	8,84%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	9,13%	9,14%
Ativos totais - R\$	301.841.066	291.853.185
Lucro líquido do exercício - R\$	23.222.752	23.376.685

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulamento de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado.

O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas. Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

5) GESTÃO DE RISCOS

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Disparamos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Risks"), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes. Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código de Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento. Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa. Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pilulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. O time de

Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa

	2023	2022
Auditor Independente	26.649	33.603
KPMG Auditores Independentes	26.649	33.603
Total	26.649	33.603

A Companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	44.473.041	56.122.954
Custo da operação	16	(19.526.142)	(29.190.520)
Lucro bruto		24.946.898	26.932.434
Despesas gerais e administrativas	17	(1.753.285)	(2.908.584)
Outras receitas operacionais líquidas		789.085	152.419
Lucro antes do resultado financeiro		23.982.699	24.176.269
Resultado financeiro	18	1.697.455	1.820.075
Receita financeira		1.961.446	2.209.622
Despesa financeira		(263.991)	(389.547)
Resultado antes dos impostos		25.680.154	25.996.344
IRPJ e CSLL correntes	19	(2.097.979)	(1.700.872)
IRPJ e CSLL diferidos	19	(359.423)	(918.787)
Lucro líquido do exercício		23.222.752	23.376.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	23.222.752	23.376.685
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	23.222.752	23.376.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		25.680.154	25.996.344
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		187.421	183.623
Provisão para perda de crédito esperada	7	4.771	152.775
Provisão de contingências	12	(614.622)	(147.548)
Provisão para compensação ambiental		248.262	209.929
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(2.174.828)	(314.521)
Contas a receber - partes relacionadas		(240.565)	(526.231)
Ativo de contrato	8	(10.240.799)	(31.260.394)
Almoxarifado		682.355	(466.447)
Imobilizado e intangível		-	11.978
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	(3.480)
Outros impostos a recuperar		16.272	(17.009)
Adiantamentos a fornecedores		(47.611)	6.874
Outros ativos		471.198	(130.157)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores - terceiros		532.254	2.600.051
Fornecedores - partes relacionadas		368.099	(460.751)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(395.466)	(577.447)
Outros impostos a pagar		1.937.424	1.999.459
PIS e COFINS diferido		425.940	1.088.22
Taxas regulamentares		(478.886)	230.344
Outros impostos pagos		(1.976.254)	(1.813.425)
Obrigações Sociais e Trabalhista		234.036	638.539
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		14.565.155	(2.598.672)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(1.450.336)	(1.055.132)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais		13.114.819	(3.653.804)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.337)	(1.264)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(1.337)	(1.264)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	14	(14.522.723)	(1.569.341)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		(14.522.723)	(1.569.341)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.409.241)	(5.224.409)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.501.862	21.726.271
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		15.092.621	16.501.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela

Administração em 01 de março de 2024. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis.

continua →

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.092.621	16.501.862	Fornecedores - terceiros	9	3.234.966	2.702.712
Concessionárias e permissionárias	7	4.963.625	2.793.568	Fornecedores - partes relacionadas	20	827.867	459.768
Contas a receber - partes relacionadas	20	1.352.664	1.112.100	Obrigações sociais e trabalhistas	10	2.219.909	1.985.873
Adiantamentos a fornecedores		51.637	4.025	Imposto de renda e contribuição social		541.017	288.841
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		467.631	467.631	Outros impostos a pagar		419.185	458.014
Outros impostos a recuperar		5.235	21.507	Taxas regulamentares		397.490	876.378
Almoxarifado		2.994.464	3.676.820	Dividendos propostos	14	220.616	222.079
Ativos de contrato	8	21.382.551	19.227.044			7.861.050	6.993.665
Outros ativos circulantes		317.293	192.139	Passivo não circulante			
		46.627.721	43.996.696	Outras provisões - compensação ambiental	11	2.153.833	1.905.570
Ativo não circulante				Provisão para contingências	12	154.921	769.543
Realizável a longo prazo				Impostos diferidos	13	18.576.746	17.791.383
Ativos de contrato	8	254.647.219	246.561.927			20.885.500	20.466.496
Outros ativos não circulantes		24.687	567.039	Patrimônio líquido	14		
		254.671.906	247.128.966	Capital social		197.191.128	197.191.128
Imobilizado		537.536	725.055	Reserva legal		5.220.762	4.059.624
Intangível		3.903	2.468	Retenção de lucros		70.682.626	63.142.272
		541.439	727.523			273.094.516	264.393.024
Total do ativo		301.841.066	291.853.185	Total do passivo e do patrimônio líquido		301.841.066	291.853.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	197.191.128	2.890.790	42.299.422	-	242.381.340
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.376.685	23.376.685
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 14)	-	1.168.834	-	(1.168.834)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 14)	-	-	-	(222.079)	(222.079)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 14)	-	-	21.985.772	(21.985.772)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 14)	-	-	(1.142.922)	(1.142.922)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	197.191.128	4.059.624	63.142.272	-	264.393.024
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.222.752	23.222.752
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 14)	-	1.161.138	-	(1.161.138)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 14)	-	-	-	(220.616)	(220.616)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 14)	-	-	21.840.998	(21.840.998)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 14)	-	-	(14.300.644)	(14.300.644)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	197.191.128	5.220.762	70.682.626	-	273.094.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Araraquara") é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 01 de agosto de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão AN



ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Informação de políticas contábeis materiais: A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas na Nota 4 em determinados casos (consulte a nota explicativa 3.1 para obter mais informações). **4.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **4.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **4.3 Estoques:** Os estoques são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **4.4 Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de

aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **4.6 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **4.7 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.8 Impostos: Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **4.9 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.11 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **4.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **4.13 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **4.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados

abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **4.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **4.16 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. (b) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. (c) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. (d) **Outras normas Contábeis:** • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	292.087	376.806
Aplicações financeiras	14.800.534	16.125.056
	15.092.621	16.501.862

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,13% do CDI em 2023 e 103,41% do CDI em 2022. Em 2023, apesar de um aumento na receita e uma redução de gastos para a implantação de projeto de reforços, houve uma redução do caixa comparado ao exercício anterior devido a maiores pagamentos de impostos e das despesas operacionais e principalmente ao aumento do pagamento de dividendos.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	4.309.661	2.675.415
Vencidas até 30 dias	11.059	4.001
Vencidas até 60 dias	8.869	940
Vencidas até 90 dias (i)	303.436	1.957
Vencidas acima de 90 dias (i)	510.158	286.042
	5.143.183	2.968.355
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(179.558)	(174.787)
	4.963.625	2.793.568

(i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(174.787)	(22.012)
Reversão	-	11.939
Adição (i)	(4.771)	(164.714)
Saldo em 31 de dezembro	(179.558)	(174.787)

(i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quintarav, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	21.382.551	19.227.044
Não circulante	254.647.219	246.561.927
	276.029.770	265.788.971

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	265.788.971	
Receita de construção (i)	13.832.296	
Receita de O&M (ii)	13.619.732	
Receita de remuneração (iii)	17.075.147	
Recebimentos (iv)	(32.857.586)	
Imobilizado em curso (v)	(1.428.790)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	276.029.770	
Circulante	21.382.551	
Não circulante	254.647.219	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	234.528.577	
Receita de construção (i)	31.337.533	
Receita de O&M (ii)	12.557.804	
Receita de remuneração (iii)	14.603.113	
Recebimentos (iv)	(28.667.520)	
Imobilizado em curso (v)	1.429.644	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	265.788.971	
Circulante	19.227.044	
Não circulante	246.561.927	

(i) Valor refere-se à implantação dos reforços em instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kv conforme resolução autorizativa 9.994/21, projeto concluído em maio de 2023. (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração; (iv) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador; (v) Adiantamentos do projeto de reforço Araraquara subestação primeiro reator de barra conforme resolução autorizativa 9.994/21. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

continua ★





ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra (i)	405.793	-
Fornecedores relacionados à construção (ii)	2.666.682	2.108.966
Gastos ambientais e fundiários	32.427	9.948
Prestadores de serviços	43.628	30.330
Almoarifado (iii)	-	501.544
Outros	86.436	51.924
	3.234.966	2.702.712

(i) Variação refere-se substancialmente a serviços de construção, montagem do banco de reatores e consultoria externa referente ao projeto de reforço ATE Araraquara 2 - Reator Bank 440Kv - conf. RA9994/21 (ii) Variação refere-se substancialmente a serviços de construção e montagem do banco de reatores do projeto de reforço ATE Araraquara 2 - Reator Bank 440Kv - conf. RA9994/21 e compra de materiais do projeto de melhoria PM - Retrofit Unit. Controle 500-440KV. (iii) Compra de material de almoarifado para manutenção preventiva na Companhia.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	854.639	761.329
Provisão de bônus (i)	1.202.564	1.075.096
Outros	162.705	149.448
	2.219.909	1.985.873

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

11. PROVISÃO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

	31/12/2023	31/12/2022
Compensação ambiental (i)	2.153.833	1.905.570
	2.153.833	1.905.570

(i) A provisão de compensação ambiental refere-se ao processo 02001.014748/2013-38 e atualizada mensalmente pela taxa SELIC.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas (i)	154.921	769.543
	154.921	769.543

(i) O saldo de 2023 é relacionado a um único processo com classificação de risco provável, processo 0011361-19.2014.5.15.0151 - T.M.P x Araraquara Transmissora de Energia. O processo está atualmente no TST com decisão parcialmente favorável a Araraquara em primeira e segunda instância. O saldo de 2022 era composto por seis ações trabalhistas das quais cinco foram encerradas e a remanescente não possui atualmente risco financeiro atrelado. Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2022	769.543
Adições e reversões, líquidas (ii)	(633.853)
Pagamentos	(1.250)
Atualizações monetárias	20.481
Saldo em 31 de dezembro de 2023	154.921

	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2021	917.091
Adições e reversões, líquidas (iii)	(184.623)
Atualizações monetárias	37.075
Saldo em 31 de dezembro de 2022	769.543

(ii) O saldo de reversão ocorrida refere-se ao encerramento dos processos trabalhistas: 0010938-81.2014.5.15.0079, 0011852-14.2015.5.15.0079, 0010184-44.2019.5.15.0151, 0012118-26.2015.5.15.0006 e 0011025-28.2015.5.15.0000. Os valores provisionados são referentes ao risco atualizado do processo 0011361-19.2014.5.15.0151. (iii) O saldo de reversão ocorrida refere-se ao encerramento dos processos trabalhistas: 0010938-81.2014.5.15.0079, 0011852-14.2015.5.15.0079, 0010184-44.2019.5.15.0151, 0012118-26.2015.5.15.0006 e 0011025-28.2015.5.15.0000. Os valores provisionados são referentes ao risco atualizado do processo 0011361-19.2014.5.15.0151. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos ambientais e trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas (i)	195.140	571.348
Ambientais (ii)	12.011.421	10.989.047
	12.206.561	11.560.395

(i) Processos trabalhistas: Em 31/12/2023 o saldo é composto pelo risco atualizado da reclamação trabalhista 0100727-02.2021.5.01.0026 - R.L.A em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, processo que atualmente encontra-se em sede recursal com decisão favorável a Companhia em primeira instância. Em 31/12/2022 o risco é composto pela reclamação trabalhista 0100727-02.2021.5.01.0026 - R.L.A e o processo 0010848-39.2015.5.15.0079 - MPT que tramitava no Tribunal Regional do Trabalho da 15 Região, no valor de R\$ 391.948 (trezentos e noventa e um mil, novecentos e quarenta reais), em 2023 teve decisão favorável no recurso da companhia onde foi afastada a condenação, atualmente o processo está ativo, mas tem sua exposição zerada e está aguardando trânsito em julgado. (ii) Processos ambientais: A Companhia foi autuada administrativamente em 2012 por, supostamente, ter desatendido a uma das condicionantes da Licença de Instalação nº 704/2010, o que caracterizaria infração ao art. 66, parágrafo único, inciso II do Decreto Federal nº 6.514/2008. Os temas aqui referidos são discutidos nos processos administrativos 02027.001143/2012-16 e 02027.001141/2012-19, que tramitam junto ao IBAMA, nos quais foi proferido decisão que reduziu o valor cobrado, e o valor remanescente é discutido ainda na fase administrativa, sem assunção por parte da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na fase administrativa junto ao IBAMA. O aumento dos valores de exposição é decorrente da atualização monetária do risco.

13. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL diferidos	8.501.691	8.142.268
IR Diferido	5.520.579	5.287.187
CSLL Diferida	2.981.112	2.855.081
PIS e COFINS diferidos	10.075.055	9.649.115
PIS Diferido	1.794.188	1.718.335
COFINS Diferido	8.280.867	7.930.780
	18.576.746	17.791.383

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 197.191.128 (cento e noventa e sete milhões, cento e noventa e um mil e cento e vinte oito reais), dividido em 197.191.128 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100,00%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 70.682.626 (setenta milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e vinte e seis reais) e R\$ 63.142.272 (sessenta e três milhões, cento e quarenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	23.222.752	23.376.685
Reserva legal (5%)	(1.161.138)	(1.168.834)
Base de cálculo para os dividendos	22.061.614	22.207.851
Dividendo mínimo obrigatório	220.616	222.079

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

	Data aprovação	Pagamento em 2023	Pagamento em 2022
Órgão aprovador			
AGO	26/04/2022	-	426.419
RCA	24/05/2022	-	1.142.922
AGO	26/04/2023	222.079	-
RCA	12/06/2023	14.300.644	-
Total		14.522.723	1.569.341

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	47.501.163	59.386.204
Receita de construção (i)	13.832.296	31.337.353
Receita de operação e manutenção	13.619.732	12.557.804
Remuneração do ativo de contrato	17.075.147	14.603.113
Outras receitas (ii)	2.973.988	889.934
Deduções da receita operacional	(3.028.122)	(3.265.250)
PIS e COFINS correntes	(1.302.218)	(1.084.106)
PIS e COFINS diferidos (iii)	(425.940)	(1.088.823)
RGR	(847.085)	(711.143)
P&D	(332.143)	(273.810)
TFSEE	(120.736)	(107.368)
	44.473.041	56.122.954

(i) Redução devido à conclusão do projeto de reforço de instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kv conforme resolução autorizativa 9.994/21, em maio de 2023. (ii) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. (iii) PIS e COFINS diferidos são calculados mensalmente com base no saldo de ativo contratual. A variação é devido a conclusão do projeto de reforço.

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(5.014.102)	(4.801.749)
Material	(979.793)	(625.635)
Serviços de terceiros	(761.251)	(1.166.194)
Arrendamentos e aluguéis	(9.431)	(31.549)
Seguros	(161.940)	(133.589)
Custo de construção (i)	(8.037.714)	(19.536.661)
Custo de operação e manutenção (ii)	(3.905.980)	(2.433.399)
Gastos diversos	(655.931)	(461.744)
	(19.526.142)	(29.190.520)

(i) Variação refere-se à implantação dos reforços em instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kv conforme resolução autorizativa 9.994/21, concluído em maio de 2023. (ii) Aumento em 2023, refere-se substancialmente a de projeto de melhoria - Substituição de transformador de corrente CTH 550kv.

17. RECEITAS/ DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(1.399.372)	(2.127.331)
Material	(36.818)	(58.434)
Serviços de terceiros	(393.458)	(392.472)
Arrendamentos e aluguéis	(162.890)	(164.230)
Provisão/reversão	(32.503)	16.083
Tributos	(22.702)	(22.283)
Depreciação e amortização	(37.216)	(26.987)
Outras	331.674	(132.930)
	(1.753.285)	(2.908.574)

(i) A variação observada decorreu da inclusão das empresas XRTE e STE no cálculo da Resolução 699 em julho de 2022, conforme detalhado na explicação contida na nota referente às partes relacionadas.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	1.961.446	2.209.622
Receitas de aplicações financeiras (i)	1.923.952	2.192.014
Outras	37.494	17.608
Despesa financeira	(263.991)	(389.547)
Atualização Selic - Contingências Ambientais (ii)	-	(209.929)
Outras	(263.991)	(179.618)
	1.697.455	1.820.075

(i) A redução das aplicações se deu devido a maiores pagamentos de impostos e das despesas operacionais e principalmente ao aumento do pagamento de dividendos, com isso, foi necessário um resgate maior, diminuindo assim, as aplicações e consequentemente seus rendimentos, vide nota 6. (ii) Não houve movimentações no exercício de 2023, devido a extinção dos processos administrativos nº 02027.001141/2012-19 e 02027.001143/2012-16.

19. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta (8%) (i)	35.677.212	30.918.944
Receita bruta (32%) (ii)	2.116.074	-
Base de cálculo (8%)	2.854.177	2.473.516
Base de cálculo (32%)	677.144	-
Outras receitas	2.332.038	2.272.260
Base de cálculo	5.863.359	4.745.776
IR devido	(1.441.840)	(1.162.440)
(+) IR diferido/Outros	(233.391)	(596.615)
Total de IRPJ	(1.675.231)	(1.759.059)
31/12/2023	35.677.212	30.918.944
31/12/2022	2.116.074	-
Base de cálculo (12%)	4.281.265	3.710.273
Base de cálculo (32%)	677.144	-
Outras receitas	2.332.038	2.272.260
Base de cálculo	7.290.447	5.982.533
CSLL devida	(656.140)	(538.428)
(+) CSLL diferido/Outros	(126.032)	(322.172)
Total de CSLL	(782.172)	(860.600)
Total de IRPJ/CSLL	(2.457.403)	(2.619.659)
Total IRPJ/CSLL corrente	(2.097.980)	(1.700.872)
Total IRPJ/CSLL diferido	(359.423)	(918.787)

(i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP. (ii) As receitas de CCT e CCI estão sendo tributadas mediante a aplicação da alíquota de presunção de 32% para IRPJ e CSLL.

20. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	31/12/2023	31/12/2022
20.1 Ativo:		
Contas a receber - partes relacionadas	1.352.664	1.112.100
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.352.615	1.087.174
Outros	49	24.926
Intercompany CTE - Pqto de impostos	49	-
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	24.926
20.2 Passivo:		
Fornecedores - partes relacionadas	827.867	459.768
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	817.101	449.343
Outros	10.766	10.425
Intercompany Matrinchã - Despesas de pessoal	10.425	10.425
Intercompany ETIM - Pqto de impostos	341	-
20.3 Resultado:		
Resultado - partes relacionadas	3.300.710	1.057.218
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	3.451.067	1.219.909
Despesa aluguel	(150.357)	(155.154)
Serviços de engenharia SGSE (ii)	-	(7.537)
(i) Em setembro de 2017, visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos.		

(ii) Em setembro de 2017, visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos.

Número Contrato			
ATE-PM-2021-5349	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022
ATE-PM-2021-5520	Sendi	Contrato EPC - Banco de Reator	11/02/2022
ATE-PM-2022-6456	Siemens	IPARO - Equipamento de pátio	28/04/2022
ATE-PM-2022-6692	Hitachi	IPARO - SPCS	22/04/2022
ATE-PM-2022-6754	PFIFNER	IPARO - TCS	14/06/2022
ATE-PM-2022-6894	CAW	IPARO - Estruturas de aço	07/07/2022
ATE-PM-2022-7732	YOFC	IPARO - Cabos	23/11/2022
ATE-PM-2021-4417	E-Guana	Siget	22/09/202



ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23



★ continuação

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Araraquara Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Araraquara Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araraquara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda. Marcelo Nogueira de Andrade
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador - CRC RJ-086312/O-6

